

Asfixiar a autonomia universitária é comprometer o futuro

Portugal atravessa um dos períodos mais difíceis da sua história contemporânea, profundamente condicionado por compromissos externos que impõem enorme exigência e racionalidade no uso dos recursos públicos. Neste domínio, as universidades têm reconhecidamente desempenhado um papel exemplar. Aproveitando a autonomia de que dispõem por lei, as universidades têm cumprido rigorosamente os seus orçamentos e nunca geraram compromissos financeiros adicionais. De forma crescente têm aumentado os seus recursos próprios, através de receitas obtidas no âmbito das suas atividades bem como reestruturado os seus serviços, adaptando-os aos novos desafios internacionais.

As universidades estão fortemente comprometidas com a resolução da situação grave que assola o país através de três mecanismos principais:

1. O exercício das suas atividades, designadamente a qualificação superior dos portugueses, a criação de empresas e a transferência de conhecimento para o tecido empresarial, capaz de promover uma dinâmica de crescimento geradora de riqueza e de emprego;
2. A redução das dotações do Orçamento de Estado que foram capazes de acomodar que atingiu 16% nos últimos dois anos, não considerando os cortes associados às reduções salariais da Administração Pública;
3. A afirmação internacional que têm sido capazes de protagonizar.

De facto, as universidades estão fortemente associadas aos esforços para inversão do quadro de crise que Portugal vive, pelo que não tem sentido algum introduzir limitações à autonomia universitária, impondo restrições às iniciativas que constituem a sua vida própria e a chave de um sucesso reconhecido internacionalmente.

As universidades programam as suas atividades na base de orçamentos aprovados no ano anterior, pelo que a introdução de cativações no exercício corrente provoca situações insustentáveis, bloqueadoras dos compromissos nacionais e internacionais associados ao normal funcionamento das instituições. Os recursos próprios atingem, em quase todas as universidades, mais de 50% dos seus orçamentos globais e têm vindo a ser geridos no quadro da autonomia universitária. Limitações externas ao aumento e utilização desses recursos, a serem consumadas, serão responsáveis pelo inevitável incumprimento do

equilíbrio orçamental, pela redução forçada das atividades e por uma paralisia das instituições.

Assim:

1. Não se entende por que é que o Ministério das Finanças pretende limitar a autonomia das universidades, à revelia do quadro legal consolidado e com consequências profundamente perversas para as suas atividades.
2. Não se entende por que é que o Ministério das Finanças pretende impedir que as universidades mobilizem novos recursos que compensem as reduções dos fundos que têm origem no Orçamento de Estado.
3. Não se entende por que é que o Ministério das Finanças limita os meios que contribuirão para o reequilíbrio das contas públicas, bloqueando-os ou anulando-os, inviabilizando as atividades das universidades.

Neste quadro, o CRUP solicita a anulação das cativações previstas no Orçamento Retificativo de 2013 bem como a revogação das limitações à autonomia universitária propostas para o Orçamento de Estado de 2014, as quais determinarão a asfixia das universidades, nomeadamente no arranque do próximo ano letivo, e o incumprimento dos seus principais compromissos, impossibilitando ainda o carregamento dos seus orçamentos para 2014.

Aguardando por essa reapreciação, as universidades continuam disponíveis para encontrar as melhores soluções que respondam à presente situação orçamental portuguesa e continuam apostadas em práticas de gestão de grande transparência e pública prestação de contas. Mas não podem aceitar medidas que reduzem a sua autonomia e consequentemente impedem a sua desejada contribuição para a recuperação do país.

Portugal, tal como sucede com os países que preparam o futuro, tem de se afirmar pela confiança nas suas universidades.